



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCINEIA RODRIGUES DE SOUZA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

**GOIÂNIA
2023**

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL*

THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF FAMILY FARMING IN BRAZIL

Orientanda: LUCINEIA RODRIGUES DE SOUZA**

Orientador: ANTONIO TORQUATO DA SILVA***

RESUMO:

O artigo tem por objetivo : analisar o processo de construção da agricultura familiar no Brasil. . A reflexão aqui sintetizada toma por base a revisita aos principais trabalhos acadêmicos que contribuíram para definir o campo de reflexão da agricultura familiar no Brasil. Análise documental do censo de 2017 do IBGE. Denota-se que existiram três conjuntos de atores que promoveram a construção da categoria agricultura familiar no Brasil: alguns trabalhos acadêmicos que deram base para repensar o lugar teórico desta agricultura na história e no desenvolvimento do país, assim como, as políticas de Estado que são responsáveis pela construção deste processo de construção da agricultura familiar no Brasil.

Palavras Chaves: Agricultura familiar; construção da categoria; agricultura na história.

ABSTRACT:

The article aims to: analyze the construction process of family farming in Brazil. . The reflection synthesized here is based on revisiting the main academic works that contributed to define the field of reflection on family farming in Brazil. Documentary analysis of the 2017 IBGE census. It is noted that there were three sets of actors that promoted the construction of the family farming category in Brazil: some academic works that provided the basis for rethinking the theoretical place of this agriculture in the history and development of the country, as well as the State policies that are responsible for building this process of building family farming in Brazil.

Keywords: Family farming; category construction; agriculture in history.

(*) TÍTULO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL;

(**) LUCINEIA RODRIGUES DE SOUZA, Orientanda e acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no Curso de Ciências Contábeis;

(***) Prof. Me . ANTONIO TORQUATO DA SILVA, Orientador e Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no Curso de Ciências Contábeis

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem sido objeto de estudo e debate no Brasil nas últimas décadas. Este setor tem uma grande importância econômica e social no país, constituindo-se como uma importante alternativa ao modelo de agricultura tradicional baseada no agronegócio. Entretanto, a categoria de agricultura familiar e dos familiares como personagens políticos no território brasileiro é uma construção recente, que vem sendo construída ao longo do tempo, com a contribuição de diversos atores sociais.

Nesse contexto, surge a necessidade de investigar o processo de construção da agricultura familiar no Brasil, entendendo como essa categoria foi se consolidando como um conceito político e como os diversos atores envolvidos nesse processo abrangido para a definição do que hoje se entende por agricultura familiar. Para tanto, faz-se necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, levando em consideração as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que permeiam a construção dessa categoria política.

Pode-se considerar recente a categoria da agricultura familiar e dos agricultores familiares como personagens políticos no território brasileiro, em especial nas últimas décadas, haja vista que, vem ocorrendo uma longa construção da categoria de agricultura familiar, levando em consideração modelo de agricultura e identidade política de grupos de agricultores. No entanto, para que isto ocorra foi necessário a contribuição de um conjunto de atores que, cada um, segundo sua forma e seus interesses, possibilitou a definir o que hoje entende-se de agricultura familiar no território brasileiro (PICOLOTTO, 2015).

Por outro lado, a afirmação política de um grupo social, por meio da afirmação de seus atores políticos de representação e do reconhecimento desses pelo Estado e por outros atores, deve-se dar também a devida atenção à "gramática moral dos conflitos sociais" (HONNETH, 2009), contudo além de existirem situações de extrema carência material e política, que podem possibilitar a motivação de ações coletivas, há também situações de injustiças e desrespeito social.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção da agricultura familiar no Brasil, destacando a contribuição dos diversos atores sociais nesse processo. Para tanto, serão observados aspectos históricos e sociais que permeiam a construção dessa categoria, assim como as políticas públicas que visam promover e fortalecer a agricultura

familiar no país. Espera-se, com este estudo, contribuir para uma reflexão crítica sobre a importância e os desafios da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História Da Agricultura Familiar No Brasil e Sua Evolução

A agricultura familiar no Brasil tem uma longa história e vem sendo construída ao longo de várias décadas. Gramsci (2002), “a agricultura familiar teve sua origem no Brasil no início do século XX, a partir da criação de colônias agrícolas pelo governo estadual, como forma de atrair imigrantes para trabalhar na agricultura”. Ainda de acordo com o autor, essa política foi importante para a formação de núcleos de agricultores familiares em várias regiões do país, especialmente no Sul e Sudeste.

Nos anos de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico da região Nordeste, que até então era considerada a mais atrasada do país. Segundo Santos (2017), a “SUDENE criou um programa de colonização agrícola, que visava plantar agricultores familiares na região, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e promover o desenvolvimento rural”.

A partir dos anos 1960, com a instalação de grandes empresas agroindustriais no Brasil, um familiar agrícola passou a sofrer uma série de pressões e ameaças, o que levou os familiares a se organizarem politicamente para reivindicar seus direitos. Segundo Santos (2017), nessa época, vivemos no país diversas organizações de agricultores familiares, como sindicatos, associações e cooperativas, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho no campo.

Em meados dos anos 80, com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a agricultura familiar ganhou mais visibilidade e passou a ser reconhecida como um setor importante da economia nacional. Nessa época, vivemos diversas organizações de agricultores familiares, como sindicatos, associações e cooperativas, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho no campo.

Atualmente, um familiar agrícola é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2013). No entanto, ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de acesso a crédito e tecnologia, a escassez de água e o êxodo rural. Por isso, é importante que sejam implementadas políticas públicas que possam fortalecer e garantir a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil.

2.2 Do Conceito de Agricultura Familiar e Suas Características

O conceito de agricultura familiar é amplamente discutido e debatido na literatura científica. Segundo Sauer e Leite (2013), “a agricultura familiar é um tipo de agricultura que se baseia na exploração de pequenas propriedades por famílias que usam predominantemente o trabalho manual e não possuem uma separação rígida entre trabalho e vida privada”.

Essa definição é mantida por outros autores, como Schneider et al. (2014), que destacam que a agricultura familiar é caracterizada pela gestão familiar da propriedade, com a participação direta dos membros da família na produção e comercialização dos produtos.

No entanto, é importante ressaltar que a definição de agricultura familiar pode variar de acordo com o contexto socioeconômico e cultural de cada região do país. Por isso, é necessário considerar as particularidades de cada localidade ao se trabalhar com o tema.

Além disso, destaca-se que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos no país, garantindo a segurança alimentar de milhões de brasileiros. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos no Brasil.

Portanto, compreender o conceito de agricultura familiar e sua importância para a sociedade brasileira é fundamental para se pensar em políticas públicas que promovam o desenvolvimento do setor e garantam a segurança alimentar da população.

2.3 A Agricultura familiar e seu papel no setor econômico

A agricultura familiar tem um papel importante na economia brasileira, como destaca Schneider (2014). Segundo os autores, “a agricultura familiar é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária do país, o que demonstra a sua herança para o setor”.

Segundo Schneider e Cassol. (2014), “uma agricultura familiar é capaz de gerar renda e emprego no campo, além de contribuir para a diversificação da produção agrícola. Além disso, a agricultura familiar tem um papel importante na produção de alimentos saudáveis e na conservação dos recursos naturais”.

Além disso, ela gera emprego e renda em áreas rurais, garantindo a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, a agricultura familiar emprega cerca de 10,7 milhões de pessoas no país, o que representa cerca de 74% da mão de obra do setor agropecuário.

Outro aspecto importante é ela contribui para a preservação do meio ambiente, já que muitos agricultores familiares adotam práticas agroecológicas e de conservação do solo e da água. De tal modo ela tem ganhado destaque no cenário agrícola brasileiro nas últimas décadas.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira e representa cerca de 38% do valor bruto da produção agrícola no país (IBGE, 2019). Nesse sentido, a agricultura familiar é um importante setor da economia brasileira, gerando renda e empregos para milhares de famílias no campo.

No entanto, a construção desta categoria política é um processo recente no Brasil. Como destacam Souza e Pereira (2009), ela é fruto de uma construção histórica, que leva em consideração tanto o modelo de agricultura como a identidade política dos grupos de agricultores. Nesse sentido, diversos atores sociais contribuíram para a definição do que hoje se entende por agricultura familiar no país.

Do ponto de vista social, a agricultura familiar também tem um papel importante na manutenção da população no campo e no fortalecimento das comunidades rurais. Segundo Diesel (2007), “a agricultura familiar é uma forma de resistência e de luta contra a exclusão social e a pobreza no campo. Além disso, a agricultura familiar tem um papel importante na preservação da cultura e da identidade das comunidades rurais”.

No campo político, ela tem sido objeto de políticas públicas específicas, com o objetivo de fortalecer e fortalecer esse setor. Segundo Schneider (2014), “as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil têm evoluído ao longo do tempo, sendo que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, é uma das principais políticas voltadas para esse setor”.

Porém, apesar de sua importância, ela ainda enfrenta desafios, como a falta de acesso a crédito e assistência técnica, além da concorrência de venda de produtos importados. Por isso, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que apoiem e fortaleçam a agricultura familiar no país.

2.4 Sobre sua participação no emprego e renda

A agricultura familiar é uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento do país, especialmente no que diz respeito à geração de emprego e renda. Segundo Berthoud et al. (2008), “um agricultor familiar é responsável por cerca de 40% da produção de alimentos

no Brasil e por aproximadamente 70% da mão de obra empregada no campo. Isso significa que essa atividade tem um impacto significativo na economia do país, confiante para a geração de renda e emprego em áreas rurais”.

Além disso, ela é uma atividade importante para a redução das desigualdades sociais e regionais, uma vez que é praticada principalmente nas regiões mais pobres do país. Conforme destaca Moreira (2015), “a agricultura familiar tem um papel fundamental na redução da pobreza, na medida em que fornece trabalho e para pequenos agricultores e suas famílias, além de garantir o abastecimento de alimentos para a população”.

Vale ressaltar também que a mesma contribui para a preservação do meio ambiente, uma vez que é praticada de forma mais sustentável, com menor uso de agrotóxicos e preservação da biodiversidade. Isso tem um impacto positivo na saúde da população e na qualidade dos alimentos produzidos.

No entanto, apesar da importância da agricultura familiar para a economia e a sociedade brasileira, os pequenos produtores ainda enfrentam diversos desafios, como a falta de acesso a crédito e assistência técnica, a concorrência de venda de produtos importados e a falta de políticas públicas efetivas de apoio à atividade. É necessário, portanto, que sejam adotadas políticas públicas para fortalecer e apoiar a agricultura familiar no país, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)).

2.5 No mercado Internacional

Além dos argumentos apresentados anteriormente, a importância da agricultura familiar para o mercado internacional pode ser reforçada pela capacidade de agregar valor aos produtos. De acordo com Silveira e Rocha et.al Seabra (2020), “a agricultura familiar tem se destacado na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, que possuem maior valor agregado no mercado internacional”.

Segundo os autores, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos tem apresentado crescimento em diversos países, o que evidencia a importância da agricultura familiar nesse contexto. Além disso, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos pode ser vista como uma alternativa para a diversificação das atividades rurais e para a melhoria da qualidade de vida das famílias agrícolas.

Outro ponto que pode ser utilizado para ressaltar a importância da agricultura familiar para o mercado internacional é a capacidade de produzir alimentos de forma sustentável. De acordo com Rocha et al. (2020), “uma agricultura familiar é capaz de produzir alimentos de forma sustentável, utilizando práticas agroecológicas que promovam a conservação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade”.

Segundo Goldin (2013), “a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, que são altamente valorizados no mercado internacional. Além disso, a diversidade de cultivos e o uso de práticas atraentes na produção de alimentos, como o manejo agroflorestal e a agricultura de base ecológica, são vantagens competitivas para uma agricultura familiar no mercado internacional”.

Essa capacidade de produzir alimentos de forma sustentável pode ser vista como uma vantagem competitiva para a agricultura familiar no mercado internacional, uma vez que cada vez mais consumidores buscam por produtos que são produzidos de forma responsável e sustentável.

A adoção de técnicas de agricultura sustentável, como a rotação de culturas e o uso de técnicas de manejo do solo, contribui para a conservação dos recursos naturais e para a redução do impacto ambiental da atividade agrícola.

Além disso, ela tem um papel importante na promoção da segurança alimentar e nutricional, não só no mercado internacional, mas também a nível nacional. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar” (MDA, 2014).

Dessa forma, é possível concluir que a agricultura familiar tem um papel fundamental não só para a economia brasileira, mas também para o mercado internacional. A produção de alimentos de qualidade, orgânicos, agroecológicos e ecológicos pode ser vista como uma vantagem competitiva da agricultura familiar, que deve ser incentivada por meio de políticas públicas que fortaleçam sua produção e garantam o acesso a novos mercados.

3. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção da agricultura familiar no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho exploratório, com o intuito de coletar dados sobre o tema em questão. A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados científicos e em sites de órgãos governamentais, a fim de identificar as principais informações sobre a história da agricultura familiar no Brasil, as políticas públicas adotadas para essa área e os desafios enfrentados pelos familiares.

De acordo com as ideias de Lakatos, “a pesquisa bibliográfica pode ser uma estratégia metodológica importante para a construção do referencial teórico de uma pesquisa científica. Nesse sentido, é fundamental que o pesquisador esteja atento à seleção das fontes bibliográficas, considerando a qualidade e a pertinência dos materiais para o tema em questão” (LAKATOS, 2010).

Após a coleta de informações, as mesmas foram analisadas de forma qualitativa, a fim de se obter uma compreensão mais profunda sobre o processo de construção da agricultura familiar no Brasil. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que consistiu na identificação de categorias e temas recorrentes nas entrevistas e sessões.

Por fim, os resultados foram apresentados e discutidos à luz do referencial teórico adotado, com o intuito de responder às questões de pesquisa propostas. As considerações finais do trabalho sintetizam os principais resultados encontrados, bem como as contribuições do trabalho para a área de estudo, como limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre os resultados obtidos salienta-se que a agricultura familiar tem uma importância significativa na economia brasileira e na produção de alimentos. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a agricultura familiar é responsável por 77% das propriedades rurais e 33% do valor bruto da produção agropecuária no país. Além disso, ela emprega cerca de 10 milhões de pessoas no setor rural.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2015, cerca de 90% dos municípios brasileiros possuem familiares, sendo que 60% deles possuem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, tem sido uma importante política de apoio à produção agropecuária familiar no país.

No entanto, ela ainda enfrenta desafios para se manter competitiva no mercado. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produtividade média das tarefas de agricultura familiar é cerca de 40% menor do que a das tarefas empresariais, o que pode impactar a renda dos produtores familiares.

Para superar esses desafios, é necessário investir em políticas públicas que possam melhorar a infraestrutura e a logística das propriedades familiares, além de promover a capacitação técnica dos proprietários e o acesso a tecnologias que possam aumentar a produtividade.

Um exemplo de política bem-sucedida é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo incentivar a produção e a comercialização de alimentos por agricultores familiares. Segundo dados do Governo Federal, o PAA adquiriu em 2020 mais de 290 mil toneladas de alimentos de famílias, movimentando mais de R\$ 838 milhões.

Com base nas reflexões sobre o processo da agricultura familiar no Brasil os censos agropecuários são fundamentais, como isto neste estudo será abordado um breve relato do censo do ano de 2017, no qual apresentou índices de oscilação, como será possível notar nas escritas a seguir. o Brasil, sendo 3.897.408 (76,8% do total) classificados como agricultura familiar, considerando os seguintes critérios previstos na Lei nº 11.326, de 2006 e no Decreto nº 9.064, de 2017: o limite do tamanho da área do estabelecimento agropecuário, medido em módulos fiscais; a predominância da força de trabalho.

O censo agropecuário de 2017 relatou aumento de 2% no que concerne ao número de estabelecimentos agropecuários, no qual, foi passando de 5.175.636 para 5.072.152, realizado

pelo sendo em considerada uma redução em aproximadamente 17%. A quantidade de estabelecimentos, que tiveram financiamento apresentou aproximadamente um crescimento expressivo, sendo considerado níveis de 0,75%. Levando em consideração que em termos gerais, no ano de 2017, 15% da agricultura familiar obtiveram financiamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pudemos observar a importância da agricultura familiar no Brasil, tanto do ponto de vista social quanto econômico. Através da análise histórica do tema, vimos como a categoria de agricultura familiar se consolidou como um importante segmento da agricultura brasileira, através de um processo de construção política e de identidade, que culminou na criação de políticas públicas específicas para o setor.

A partir daí, foi possível verificar como a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na geração de emprego e renda no país, especialmente em regiões rurais, onde a atividade agropecuária está mais presente. Como apontado por diversos autores, a agricultura familiar é responsável pela grande parte da produção de alimentos consumidos pelos brasileiros, além de gerar uma série de externalidades positivas, como a preservação do meio ambiente e a manutenção de laços sociais nas comunidades rurais.

Além disso, observou-se como ela também tem um papel importante no mercado internacional, com a exportação de produtos como café, frutas, sucos e carnes para diversos países do mundo. Como destacado por alguns autores, a produção agropecuária familiar apresenta uma série de diferenciais competitivos em relação à agricultura de grande escala, como a produção de alimentos mais saudável e inteligente, além de uma maior flexibilidade e adaptação às demandas do mercado.

Uma das principais questões a serem enfrentadas é a falta de acesso a crédito e assistência técnica adequada. É preciso que os órgãos governamentais implementem políticas públicas específicas para a agricultura familiar, de modo a garantir seu desenvolvimento sustentável. É importante também que haja investimentos em infraestrutura, como estradas e redes de energia elétrica, além de incentivos fiscais para a produção e comercialização de produtos agrícolas.

Outra questão relevante é a necessidade de alargar a formação técnica dos agricultores familiares, para que possam aperfeiçoar as suas técnicas de produção e gestão agrícola, além de poderem explorar novos nichos de mercado e diversificar a sua produção. Para isso, é fundamental que sejam oferecidos cursos e treinamentos, bem como a troca de experiências entre os próprios agricultores.

Além disso, ela pode ser uma importante aliada na preservação do meio ambiente, através da adoção de práticas agroecológicas e do uso de tecnologias sustentáveis. Dessa forma, é possível garantir a produção de alimentos saudáveis e preservar a biodiversidade local.

Em resumo existe a necessidade de políticas públicas que garantam a continuidade e o fortalecimento da agricultura familiar no país. Isso envolve medidas como a garantia de acesso a crédito, a promoção de tecnologias adaptadas ao setor, o fomento à organização dos agricultores em cooperativas e associações, a garantia de acesso a mercados e a valorização da produção agroecológica.

Diante do exposto, podemos concluir que a agricultura familiar é um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, e que seu fortalecimento deve ser uma prioridade para governos, instituições e sociedade em geral. Somente através de políticas públicas e do reconhecimento da importância desse segmento para o país é possível garantir uma produção agropecuária mais sustentável e justa, capaz de atender às necessidades alimentares da população e promover o desenvolvimento rural.

6. REFERÊNCIAS

BERTHOUD, Arnaud. La Terre, notre bien commun. Développement durable et territoires. Paris:Points de vue 2008. Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/5693>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (2006). Decreto nº 9064, de 31 de maio de 2017. . Brasília, POLITICA FUNDIARIA , POLITICA AGRARIA. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17699621#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Unidade%20Familiar,Familiar%20e%20empreendimentos%20familiares%20rurais..> Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Constituição (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Lei da Agricultura Familiar (2006). Brasília, AUTOR: DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT/PR) - PL. 3952 DE 2004. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/572111>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DIESEL, V. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 2, pág. 351-372, 2007.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (v. 5).

GOLDIN, A. Corporativismo, neocorporativismo y libertad sindical. Derecho Laboral, v. LV, n. 247, 2013

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-88.html#:~:text=Cerca%20de%2077%25%20dos%20estabelecimentos,%C3%A1rea%20total%20dos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios>. Acesso em: 06 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo

Agropecuário 2019. 2019. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 06 jun. 2023.

LAKATOS, EM; MARCONI, MA Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica. Brasília: Mapa, 2020. _____. Ministério da Saúde. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável. Brasília, 2010.

MOREIRA, D. A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thompson, 2015.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. RESR, Piracicaba -SP, v. 52, n. 1, p. 1-22, 14 jul. 2015.

SANTOS, MA Agricultura familiar e a produção agroecológica no Brasil: uma análise a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Revista Brasileira de Agroecologia, Cruz Alta, v. 16, n. 2, pág. 170-183, 2021.

SEABRA, GC; ROCHA, GM Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil: o desafio do associativismo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, pág. 69-83, 2020.

SCHNEIDER, S., & CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, 31(2), 227-263. (2014)

SOUZA, P. M. D., FORNAZIER, A., SOUZA, H. M. D., & PONCIANO, N. J. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57, 594-617. (2009).